

Plataforma para direitos das mulheres corre risco de fechar por falta de financiamento

30 Dez 2015 [Lusa](#)

“Se fecharmos a sede, várias organizações ligadas aos direitos das mulheres também fecham”, afirma Alexandra Silva, presidente da organização.



A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) e as suas organizações associadas correm o risco de fechar as portas no próximo ano devido à inexistência de financiamento, disse esta quarta-feira à Lusa a presidente da organização.

Alexandra Silva adiantou que a PpDM tem sido financiada, nos dois últimos anos, por programas geridos pela Fundação Calouste Gulbenkian, mas dois deles terminam em Janeiro e o outro em Março, não tendo a plataforma qualquer outro apoio.

Além do fim do financiamento destes três projectos, a PpDm pretende

candidatar-se ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), mas os prazos das candidaturas para estes fundos comunitários na área da igualdade têm sido “sucessivamente prorrogados” desde 31 de Julho, explicou.

A presidente da plataforma, que congrega várias organizações não-governamentais de direitos das mulheres e promotoras da igualdade entre mulheres e homens, sublinhou que os prazos das candidaturas já foram adiados duas vezes por alegada falta de formulários.

Alexandra Silva frisou que, “na área da igualdade, têm vindo a ser sucessivamente prorrogados os prazos das candidaturas, e as organizações estão a colapsar, porque não se conseguem manter no activo”.

“É uma falta de respeito para quem está a trabalhar, como é que abram linhas de financiamento e não há questionários disponíveis”, disse, sustentando que a plataforma “não tem qualquer apoio do Estado português”, sendo “a única plataforma que não recebe financiamento por via do Orçamento de Estado”.

A activista afirmou que não é só a plataforma que está em risco de fechar as portas, mas sim as seis associações de defesa de direitos das mulheres que trabalham na sede PpDM e que desenvolvem as suas atividades sem pagarem qualquer contrapartida financeira à plataforma.

“Se fecharmos a sede, várias organizações ligadas aos direitos das mulheres também fecham”, realçou.

Alexandra Silva disse que quase todas as semanas a plataforma envia candidaturas a fundações internacionais, mas considerou que “não é um método de trabalho eficaz” e defendeu um apoio financeiro por parte do Estado português.

“Sentimos que estamos em pé de desigualdade perante as outras plataformas que existem em Portugal, não percebemos porque uma área que diz respeito a mais metade da população não é apoiada pelo Estado”, referiu.